

PAULA OLIVEIRA E SILVA

**TRÊS MODOS DE VISÃO: CORPORAL, ESPIRITUAL E
INTELECTUAL.
APRESENTAÇÃO E TRADUÇÃO DO LIVRO XII DO
COMENTÁRIO LITERAL AO LIVRO DO GÊNESIS EM DOZE
LIVROS DE AGOSTINHO DE HIPONA**

1. APRESENTAÇÃO

No conjunto da obra de Agostinho de Hipona identificam-se três comentários ao *Livro do Génesis*, escritos em datas diferentes e com conteúdos e objetivos próximos, mas não idênticos. O primeiro comentário, *De genesi contra manicheos* (388) é um escrito do período caracterizado pela proliferação de escritos de Agostinho contra a gnose maniqueísta. Neste caso, Agostinho pretende confrontar os maniqueus denunciando uma exegese materialista e antropomórfica da Escritura e as contradições que ela encerra. O segundo comentário, *De genesi ad litteram opus imperfectum* (393), insiste na tentativa de interpretação literal do texto bíblico do *Génesis*, mas apenas abrange os três primeiros capítulos desse livro sagrado. Agostinho está convicto de que é possível uma interpretação literal, pois ela deriva do facto de a criação divina ser um ato histórico. Deus cria no tempo e inaugura a história das criaturas. O *Génesis* relata o início da história do mundo e da humanidade e, portanto, pode ser decodificado e interpretado a essa luz. O último e definitivo ensaio de comentário literal ao *Génesis* – *De genesi ad litteram duodecim libri* (401-414) – ocupará um longo período da vida de Agostinho e será redigido em simultâneo com muitas outras obras, das quais destacamos, por completude de doutrinas, as duas grandes obras *De trinitate* e *De ciuitate dei*. Toda esta atividade é compaginada com o labor episcopal, a intensa troca epistolar e os debates doutrinários, por exemplo, com os donatistas, também geradores de desacatos por vezes violentos e de perturbações da ordem social.

O *Comentário Literal ao Livro do Génesis em Doze Livros* é uma obra complexa, cujo interesse para a compreensão da mundividência de Agostinho é fundamental a vários títulos. Nesta apresentação, não *Civitas Augustiniana*, 1 (2012) pp. 151-169
ISSN: 164/2012

obstante não ser possível – por brevidade e por não ser o nosso objetivo – glosar a importância da doutrina aí exposta, referimos, contudo, dois aspectos importantes. Por um lado, Agostinho expõe a sua doutrina definitiva sobre a criação, a qual de algum modo iniciara nos Livros XI a XIII das *Confissões*. Esta doutrina é fundamental, no diálogo com os seus interlocutores filosóficos de juventude, a saber, os maniqueus e os neoplatônicos. Contra os primeiros, mostrará decisivamente que o princípio é um só, que não é material e que a matéria a ele se submete. A favor dos neoplatônicos, mas para lá deles, afirmará que o Uno é simultaneamente e no mesmo sentido Trino, que a sua natureza é toda ela inteligível – a característica do Princípio não é “não-inteligível” ou supra-inteligível, mas “Sem Princípio”; que a essência do Uno é relação dilectiva em si mesmo; que o princípio mediador, na criação (o *Logos-Verbo*) é Imagem e Luz: ele mesmo é luz e não trevas, revelação e não ocultamento. Por isso, toda a criatura que dele deriva é luminosa e reflete o princípio, tornando-se itinerário para a efetiva cognoscibilidade dele. É, de facto, uma metafísica da luz a que Agostinho descreve no seu comentário literal ao *Gênesis* e é a partir dela que o mundo deverá ser lido e compreendido. Outros itinerários para o divino, igualmente descritos na obra do hiponense, privilegiarão a função do princípio-Palavra e mostrarão que é a linguagem dos sinais sonoros e linguísticos que a ele deverão fazer aceno. É o caso evidente de *De magistro*, ou de *De doctrina christiana*. Aqui, contudo, fica claro que a palavra, sobretudo a escrita – e é essa que permanece enquanto o tempo a não corromper –, é também um sinal visível e que toda a criatura é imagem visível do Deus Visível. Deus Visível? Sim, pois ele é Luz e Imagem. Que são todas as teofanias do divino, relatadas na Escritura, senão provas da visibilidade de Deus? Deus Visível. Porém, como, se ele é um puro inteligível? Mais. Ele não é somente inteligível, mas, na sua visibilidade, não deixa de ser o Absolutamente outro. Como então alcançar a visão de Deus, dado que, para Agostinho, esse é o estado que corresponde ao fim final do homem e à consecução plena da felicidade? Este é o tema debatido no Livro XII do *Comentário Literal ao Livro do Gênesis em Doze livros*. Muitas são as questões nele implicadas e uma exposição sistemática delas não é aqui possível. Faremos apenas uma breve apresentação das questões implicadas e do seu contexto na obra de Agostinho.

Depois de analisar os diferentes sentidos do céu e da terra no *Livro do Génesis*, Agostinho decide enfrentar o sentido da afirmação de S. Paulo, na qual o Apóstolo descreve o seu arrebatamento e diz nele ter subido ao terceiro céu. Esta é uma primeira questão que Agostinho se propõe debater: no contexto do mundo criado, em que consiste este “terceiro céu”? É o lugar dos bem-aventurados, o paraíso, ou difere deste? É um céu acima dos céus descritos e analisados ao longo dos onze livros anteriores? Nesse caso, trata-se de um lugar material, onde habitam criaturas materiais? Ou é apenas um lugar metafórico, onde o espírito desfruta de felicidade? Mas, nesse caso, fará sentido ainda falar de “lugar”? Emerge assim um outro problema, intrinsecamente unido a este. É o que se refere ao modo como Paulo diz ter ascendido a este lugar, pois o Apóstolo afirma que não sabe se foi levado aí no corpo ou fora dele. Isto é, tratando-se de uma experiência de êxtase, em que consiste a dúvida do Apóstolo? A interpretação que Agostinho faz leva-o a concluir que a dificuldade está em identificar o modo como, no êxtase, corpo e alma se relacionam. Ora, se a experiência de êxtase leva consigo a percepção de realidades por via de visão ou audição, em última análise, para a compreender é preciso distinguir os modos de visão possíveis. Este é, por isso, um primeiro movimento de análise levado a efeito por Agostinho neste Livro XII.

O trecho que agora publicamos, numa primeira versão portuguesa, contém precisamente a análise que Agostinho faz dos três tipos de visão possíveis à alma humana. O objetivo desta análise é bem mais amplo do que aquilo que se apresenta nestes parágrafos iniciais que ora publicamos e a leitura continuada do texto permitirá esclarecer esse alcance. De facto, mediante o discernimento destes tipos de visão, Agostinho pretende 1. esclarecer o modo de conhecimento próprio dos humanos, na relação com o mundo sensível; 2. identificar a origem espiritual do modo de conhecimento humano das realidades sensíveis e sublinhar que, nela, pode dar-se interferência de diversos espíritos. O passo é importante, pois Agostinho deixa claro que este domínio de visão não tem origem na verdade suprema. O seu efeito pode ser falso ou parcialmente verdadeiro e, portanto, enganador. É este o lugar das artes divinatórias e das manipulações do espírito humano por parte do espírito maligno. Ao explorar este nível de conhecimento, Agostinho mostra que, nele, por mais profecias e adivinhações que se produzam, não está o conhecimento que leva à perfeita ordem e bem-aventurança,

nem o que conduz à suprema visão de Deus. Este é próprio do terceiro modo de visão - a visão intelectual, que descreve como aquela onde não podem ocorrer imagens de corpos. Quer isto dizer que Agostinho propõe, para a vida dos bem-aventurados, a total cegueira da mente e o afastamento das afeções e emoções? A resposta é negativa. A vida da mente bem-aventurada (vida intelectual) comporta e integra, de modo ordenado, a vida das funções inferiores, nomeadamente as do corpo e as do espírito. Claramente, estas faculdades humanas são absorvidas pela vida da mente e dotadas das mesmas qualidades dela, sem, contudo, deixarem de ser vida anímica e não vida mental. E deste modo, as afeções da mente – alegria, bem-aventurança, paz, iluminação – dar-se-ão a participar ao corpo. É deste modo que Agostinho concebe a ressurreição dos corpos dos bem-aventurados, programada desde o princípio da criação para o fim do curso dos tempos, e é deste modo que Agostinho postula a possibilidade de uma visão de Deus que se estende ao corpo dos bem-aventurados. O tema, aqui a florado, é objeto nomeadamente do Tratado *De videndo deo* (epístola 147, a Paulina). Nele, Agostinho defende a visibilidade de Deus na comunhão dos bem-aventurados, possibilitada pela total pureza da mente humana, adquirida nela pela concretização de uma vida em retidão. Glosando o versículo de S. João «os puros de coração verão a Deus», Agostinho estabelece as coordenadas onto-epistemológicas para uma efetiva visibilidade do divino. Para o hiponense, a essência de Deus é Amor, isto é, relação de comunhão entre diferentes, na base da efetiva doação mútua. Ora, este exercício comunitário incarna efetivamente na sociedade humana e na história, como efeito das qualidades que a mente humana adquire, e constrói a sociedade dos bem-aventurados. É nessa prática da *dilectio* que Deus se torna visível aos puros de coração.

Se o modelo da criação postulado por Agostinho se baseia numa metafísica da luz, como propõe ao longo dos onze livros deste comentário, o termo final do curso dos tempos, para onde se encaminha toda a criação, não poderá estar mergulhado na obscuridade. Antes pelo contrário, é a visibilidade plena de Deus e de tudo em Deus que Agostinho coloca no final dos tempos. Esta doutrina é exposta de modo mais patente em *De civitate dei*. Porém, neste Livro XII, de que ora publicamos, em tradução portuguesa, um pequeno trecho, fornece um conjunto de conceitos que permitem compreender de que modo, segundo Agostinho, não só a visão de Deus não repugna à natureza

humana, como esta está predisposta a ela e nela alcança a plenitude da sua forma.

2. TRADUÇÃO

AGOSTINHO DE HIPONA, *COMENTÁRIO LITERAL AO LIVRO DO GÊNESIS*, LIVRO XII, §§ 1.1 – 12. 26.¹

I.1. Expusemos e colocamos por escrito, ao longo de onze livros, o livro da Sagrada Escritura que se chama *Gênesis*, desde o princípio até à expulsão do primeiro homem do paraíso, quer afirmando e defendendo aquilo que para nós é certo, quer investigando, exprimindo as nossas opiniões e discutindo o que é incerto. Expusemos o que pudemos e como pudemos, não tanto para indicar a cada um o que deve pensar sobre realidades obscuras, quanto para mostrar a necessidade de nós próprios nos instruímos acerca daquilo de que duvidámos, e para amover o leitor de afirmações temerárias, onde nós não fomos capazes de alcançar um conhecimento seguro. Neste décimo segundo livro, pelo contrário, já livres da preocupação de explicar detalhadamente o texto da Sagrada Escritura, trataremos de modo mais livre e com maior amplitude a questão do paraíso, para que não se pensasse que quisemos evitar a dificuldade do texto em que o Apóstolo parece introduzir o paraíso no terceiro céu, quando diz: «Conheço um homem em Cristo que há catorze anos foi arrebatado ao terceiro céu – se no corpo se fora do corpo, não sei, Deus o sabe. E sei que esse homem – se no corpo, se fora do corpo, não sei, Deus o sabe – foi arrebatado ao paraíso e ouviu palavras inefáveis que o homem não pode pronunciar» (2 *Cor*, 12, 1-4).

2. A propósito destas palavras costuma investigar-se, em primeiro lugar, o que o Apóstolo quer dizer com “terceiro céu”. Em seguida, se quis dar a entender que o paraíso é aí, ou se, depois de ter sido

¹ Para esta tradução, segue-se o texto latino da seguinte edição: Augustinus Hipponensis, *De genesi ad litteram libri duodecim, Liber Duodecim*, ed. J. ZYCHA, Corpus Scriptorum Ecclesiasticorum Latinorum, vol. 28/1, Viena 1894, §§ 1.1 – 12.26, pp. 379-397. Esta edição não está disponível em acesso livre, online. A edição publicada na Patrologia Latina (PL 34, 245-486: ed. J.-p. MIGNE) está disponível aqui: http://augustinus.it/latino/genesi_lettera/index2.htm [acesso: 2012.06.30].

arrebatado ao terceiro céu, foi também arrebatado ao paraíso, onde quer que o paraíso se encontre. Neste caso, não seria o mesmo ter sido arrebatado ao terceiro céu e ao paraíso, mas primeiro teria sido arrebatado ao terceiro céu e depois daí ao paraíso. E isto é de tal modo obscuro que não me parece que se possa resolver a não ser que alguém, não a partir destas palavras do Apóstolo, mas talvez de outros lugares das Escrituras, ou com uma razão clarividente, encontre um argumento por meio do qual mostre ou que o paraíso está situado no terceiro céu, ou que não está. Aliás, não é evidente o que seja o próprio terceiro céu, se se deve entender que se encontra entre as realidades corporais ou entre as espirituais. Poder-se-ia dizer certamente que, com o seu corpo, um homem não teria podido ser arrebatado a não ser a um lugar corporal. Mas como o próprio Apóstolo também precisou este aspeto, e disse não saber se tinha sido arrebatado no corpo ou fora do corpo, quem ousará dizer que sabe o que o Apóstolo disse não saber? Porém, se nem o espírito pode ser arrebatado sem o corpo a lugares corporais, nem o corpo a lugares espirituais, a própria dúvida dele como que obriga a entender – já que ninguém duvida que escreve estas coisas falando de si próprio – que o lugar onde foi arrebatado era tal que não se poderia saber ou distinguir se era corporal ou espiritual.

II. 3. De facto, quando, no sonho ou no êxtase, são representadas as imagens dos corpos, elas em nada se distinguem dos corpos, a não ser quando o homem, regressando aos sentidos do corpo, se apercebe de ter estado entre aquelas imagens, que não via por meio dos sentidos do corpo. Contudo, ao despertar do sono, quem de facto não se apercebe imediatamente que as realidades que via eram imaginárias, apesar de, quando as via ao dormir, não ser capaz de as distinguir das visões corporais próprias do estado de vigília? Contudo, sei que me aconteceu – e, por isso, também não duvido que o mesmo possa ter acontecido ou vir a acontecer a outros – que, ao ver em sonhos, percebia que me estava a ver em sonhos. E percebia que essas imagens, que habitualmente nos enganam dando-nos uma falsa impressão de realidade, não eram verdadeiros corpos. Mesmo a dormir estava certo e percebia que tais imagens se me apresentavam em sonhos. Mas uma vez enganei-me, pois ao ver um amigo igualmente em sonhos, esforçava-me por o convencer de que o que víamos não eram corpos, mas imagens próprias dos que sonham, apesar de ele próprio me aparecer em sonho entre aquelas imagens. E dizia-lhe também que então não era verdade

que estivéssemos a conversar os dois, e que também aquilo que ele estava a ver, era em sonho que o via, e desconhecia completamente se eu também via essas realidades. No entanto, no exato momento em que me esforçava por o persuadir de que ele próprio não estava lá, era, por outro lado, levado a pensar que ele estava ali, dado que eu não estaria de todo a falar com ele se estivesse totalmente persuadido de que ele não estava ali. Por conseguinte, embora surpreendentemente vigilante enquanto dormia, a minha alma não poderia deixar-se levar pelas imagens dos corpos a não ser que os considerasse como corpos realmente existentes.

4. Ora, a propósito do êxtase, pude escutar a experiência de um homem – era um homem do campo, que quase não era capaz de exprimir o que experimentava. Por um lado, ele percebia que estava acordado e que via algo, mas, por outro, percebia que o via sem ser com os olhos do corpo. Na verdade, para usar as suas próprias palavras, tanto quanto as posso recordar, dizia ele: “Era a minha alma que via, e não os meus olhos. Contudo, eu não sabia se era um corpo ou a imagem de um corpo”. De facto, ele não era capaz de distinguir de que se tratava, mas o seu relato era tão simplesmente fiel e verdadeiro que eu o ouvia como se eu próprio estivesse a ver aquilo que ele tinha visto.

5. Por conseguinte, se Paulo viu o paraíso como a Pedro apareceu aquela espécie de toalha que descia do céu, a João todas as visões que escreveu no *Apocalipse*, a Ezequiel aquele campo de ossos de mortos e a ressurreição deles, ou, a Isaías, Deus sentado e os Serafins diante dele e o altar de onde foi tirado o carvão que purificou os lábios do profeta: então é evidente que pôde desconhecer se veria essas realidades no corpo ou fora do corpo.

III.6. Mas se essas realidades foram vistas por Paulo fora do corpo e não eram corpos, ainda se pode perguntar se eram imagens de corpos ou se eram antes alguma substância que não tem qualquer semelhança com os corpos, como Deus, como a própria mente ou a inteligência do homem, ou a sua razão; ou como as virtudes, por exemplo, a prudência, a justiça, a castidade, a caridade, a piedade e as outras realidades deste género que enumeramos, distinguimos e definimos com o entendimento e com o pensamento, e não certamente experimentando as suas cores e figuras, ou o seu som, ou qual o seu odor e sabor, ou que sensações produzem de calor ou frio, brandura ou dureza, suavidade ou aspereza;

mas percebemo-las por meio de uma outra visão, de uma outra luz, de outra evidência muito mais excelente e certa do que qualquer outra.

7. Voltemos, portanto, às palavras do Apóstolo e examinemo-las com mais atenção, estabelecendo primeiramente, e sem lugar a dúvida, que, sobre a natureza corpórea e incorpórea, o Apóstolo tinha um conhecimento muito maior e mais profundo do que aquele que nós possamos alcançar, por mais esforços que façamos. Portanto, se ele sabia que as realidades espirituais não podem de maneira nenhuma ser conhecidas por meio do corpo, nem as corporais fora do corpo, por que razão não determinou, a partir dessas mesmas realidades que viu, o modo como as pôde ver? De facto, se ele estava certo de que eram realidades espirituais, por que razão não estava igualmente certo de as ter visto fora do corpo? Pelo contrário, se sabia que eram corporais, por que razão não sabia também que só as poderia ver por meio do corpo? De onde deriva, então, a sua dúvida sobre se via essas realidades no corpo ou fora do corpo, a não ser talvez por também duvidar que elas eram corpos ou semelhanças de corpos? Por conseguinte, tendo em conta o contexto das palavras, vejamos primeiro as realidades de que ele não duvida. Assim, quando restar só aquilo de que ele duvida, talvez a partir das suas certezas também se manifeste o motivo da sua dúvida.

8. Diz ele: «Conheço um homem em Cristo que há catorze anos foi arrebatado ao terceiro céu – se no corpo se fora do corpo, não sei, Deus o sabe». (2 *Cor*, 12, 2). Logo, ele sabe - e não duvida de modo algum - que há catorze anos um homem em Cristo foi arrebatado ao terceiro céu. Nós também não devemos duvidar. Mas duvida se foi no corpo ou fora do corpo. Em relação ao que ele duvida, qual de nós se atreverá a estar certo? A partir daí, porventura duvidaremos da existência do terceiro céu, ao qual ele diz que este homem foi arrebatado? Se de facto essa realidade lhe foi manifestada, fica provada a existência do terceiro céu. Mas se era apenas uma imagem semelhante às coisas corporais, isso não era o terceiro céu, mas uma representação ordenada, de tal modo que lhe parecesse que, em primeiro lugar, teria subido ao primeiro céu, acima do qual veria um outro, ao qual novamente tivesse subido e, de novo, veria outro mais acima. E uma vez lá chegado, poderia dizer que fora arrebatado ao terceiro céu. Mas, de que aquilo onde fora arrebatado era o terceiro céu, não duvidou, nem quis que nós duvidemos. Por isso, ele disse: conheço – e partiu daí. De modo que o

que o Apóstolo diz saber, só não acreditará ser verdadeiro aquele que não acreditar no Apóstolo.

IV.9. Sabe, portanto, que o homem foi arrebatado ao terceiro céu. Portanto, aquele lugar ao qual foi arrebatado é verdadeiramente o terceiro céu. Não era um sinal corporal, como o que foi mostrado a Moisés, que a tal ponto percebia que uma coisa era a substância de Deus e outra, muito diferente, a criatura visível na qual Deus se apresentava aos seus sentidos corpóreos, que dizia: “Mostra-te tu mesmo a mim”. Também não era uma imagem corpórea, como a que viu João em espírito, e a respeito da qual, interrogando que coisa seria aquela, lhe foi respondido: “é uma cidade” ou “são povos”, ou tal ou qual coisa, uma vez que ele via um animal, ou uma mulher, ou águas, ou alguma outra coisa do género. Mas, diz Paulo, «sei que um homem foi arrebatado ao terceiro céu».

10. Se com o nome “céu” ele tivesse querido designar uma imagem espiritual semelhante ao céu corporal, então era também uma imagem do seu corpo aquela na qual subiu e foi arrebatado. E, portanto, falaria também do seu corpo, como falaria deste céu, embora se tratasse de uma imagem do céu. E não se daria ao cuidado de distinguir o que sabia e o que não sabia, quando disse que sabia que um homem tinha sido arrebatado ao terceiro céu, mas não sabia se no corpo ou fora dele. Descreveria simplesmente a visão, designando as realidades que viu com os nomes das coisas de que seriam semelhanças. De facto, quando descrevemos os nossos sonhos ou alguma visão tida em sonho, também dizemos: “vi uma montanha”, “vi um rio”, “vi três homens”, e outras coisas do género, dando a estas imagens o mesmo nome das coisas a que são semelhantes. Pelo contrário, o Apóstolo diz: isto “sei” e aquilo “não sei”.

11. Mas se uma e outra lhe aparecem em imagens, uma e outra são conhecidas do mesmo modo, e desconhecidas do mesmo modo. Porém, se foi propriamente o céu que viu – e se, por isso mesmo, sabe que o viu – como é que o corpo deste homem lhe pôde aparecer em imagem?

12. Mas se via um céu corpóreo, por que razão se lhe ocultava se o veria com os olhos do corpo? Pelo contrário, se não estava certo se veria o céu com os olhos do corpo ou com o espírito, e por esse motivo disse «se no corpo se fora do corpo, não sei», de que modo é que não estaria também na dúvida sobre se veria verdadeiramente o céu corpóreo, ou se ele se mostrava em imagens? De igual modo, se via

uma substância incorpórea, não em alguma imagem de corpo, mas tal como se vê a justiça, a sabedoria e outras coisas do género, e se isto era o céu – e também é evidente que tais coisas não se podem ver com os olhos deste corpo; portanto, se soubesse que tinha visto alguma coisa assim, não poderia duvidar que não o tivesse visto por meio do corpo. “Sei” – diz ele – “de um homem em Cristo que há catorze anos; isto eu sei, e não duvide quem acredita em mim; mas se foi se no corpo se fora do corpo, não sei, Deus o sabe”.

V.13. Então, distingue o que sabes daquilo que não sabes, para que não se enganem os que em ti creem. “Sei”, diz ele, “que aquele homem foi arrebatado ao terceiro céu”. Mas esse céu ou era corpo, ou espírito. Se era corpo, então foi visto com os olhos do corpo. Por que razão ele sabe que é céu e não sabe se foi visto no corpo? Inversamente, se era espírito, então ou lhe foi apresentada a imagem de um corpo (e então é tão incerto que fosse corpo, como é incerto que o tivesse visto em corpo) ou foi visto como a mente vê a sabedoria, sem nenhuma imagem corpórea (e neste caso não é menos certo que não poderia ter sido visto por meio do corpo). Portanto, ou ambas as coisas são certas, ou ambas são incertas. Ou então, como é possível que seja certo o que se viu e incerto aquilo pelo qual se viu? É evidente que ele não poderia ver uma natureza incorpórea por meio do corpo. Mesmo se os corpos não pudessem ser vistos sem o corpo, eles certamente não serão vistos desta maneira por meio do corpo. Portanto, tal modo de visão, se existe, é totalmente distinto. Por conseguinte, seria estranho que, pela semelhança com outros modos de ver, essa forma de visão pudesse enganar o Apóstolo, ou levá-lo a duvidar ao ponto de – se viu o céu corpóreo mas não com olhos corporais – poder dizer não estar certo de o ter visto no corpo ou fora do corpo.

14. Portanto, dado que o Apóstolo, que pôs tanto cuidado em distinguir o que sabia do que não sabia, não pode mentir, resta-nos talvez entender que aquilo que ele diz não saber é precisamente isto: se, quando foi arrebatado ao terceiro céu, ele estava no corpo, tal como a alma está no corpo, quando se diz que o corpo vive (quer esteja desperto, ou a dormir, ou em êxtase e privado dos sentidos do corpo); ou se saíra completamente para fora do corpo, ao ponto de o corpo fazer morto até que, uma vez terminada aquela visão, a alma voltasse a entrar nos seus membros inertes, não como se o que dorme despertasse, ou como (tendo-se afastado deles pelo êxtase) recuperasse de novo os

sentidos, mas como se ressuscitasse o que estava realmente morto. Portanto, o que viu tendo sido arrebatado ao terceiro céu, e o que também confirma que sabe, viu-o realmente e não em imagens. Mas se a própria separação do corpo teria deixado o corpo completamente morto, ou se o deixara a modo de um corpo vivo onde estivesse a alma mas tendo a sua mente sido arrebatada para ver e ouvir as realidades inefáveis daquela visão, é disso que não está certo. E talvez por isso disse: «se no corpo ou fora dele, não sei, Deus o sabe».

VI.15. O que é visto não em imagens, mas propriamente, e não é visto mediante os sentidos do corpo, certamente que é visto com uma visão que ultrapassa qualquer outra visão. Procurarei explicar estes gêneros de visões e a diferença que há entre elas, quanto possa com a ajuda de Deus. Quando, num só preceito, se lê: “Amarás o teu próximo como a ti mesmo”, encontram-se três gêneros de visões. Uma, por meio dos olhos, pelos quais as próprias letras são vistas; outra, por meio do espírito humano, pelo qual o próximo, mesmo ausente, é pensado; a terceira, por meio do olhar atento da mente, pelo qual o próprio amor entendido é contemplado. Destes três gêneros de visão, o primeiro é conhecido de todos: nele se vê o céu e a terra, e tudo o que os nossos olhos neles avistam. Aquele pelo qual se pensam as realidades corporais ausentes também não é difícil de perceber: certamente o próprio céu e a terra, com todas as coisas que neles podemos ver, podemos pensá-los mesmo na obscuridade. Embora nada vendo com os olhos do corpo, contudo vemos com a alma as imagens corporais, quer as verdadeiras, como as dos próprios corpos que vimos e que retemos na memória, quer as fictícias, como as que o pensamento pode formar. De facto, pensamos de um modo diferente em Cartago, que conhecemos, e em Alexandria, que não conhecemos. O terceiro gênero de visão, com o qual é contemplado o amor que entendemos, compreende aquelas realidades que não têm imagens semelhantes a elas, as quais não são o que elas são. De facto, o homem, a árvore, ou o sol, e quaisquer outros corpos, celestes ou terrestres, se estão presente, são vistos nas suas formas, e, se estão ausentes, são pensados nas imagens impressas na alma. E produzem dois gêneros de visão: uma, por meio dos sentidos do corpo, outra por meio do espírito no qual essas imagens estão contidas. Mas porventura se vê o amor de um modo quando está presente na forma pela qual existe, e de outro modo quando está ausente em alguma imagem que lhe seja semelhante? Certamente que não. Mas, tanto

quanto pode ser visto pela mente, ele é visto em si próprio, por uns mais, por outros menos. Inversamente, se for pensado por meio de alguma imagem corporal, o que se vê não é o próprio amor.

VII.16. São estes os três géneros de visões dos quais dissems algo nos livros precedentes, conforme o assunto o exigia, embora não tivéssemos indicado o número delas. Agora, depois de os termos explicado brevemente, para o expormos de modo um pouco mais amplo – uma vez que a questão o exige –, devemos atribuir-lhes nomes exatos e convenientes, para não nos demorarmos em contínuos circunlóquios. Portanto, chamaremos “visão corporal” ao primeiro, porque se percebe pelo corpo e se manifesta aos sentidos corporais. Ao segundo, chamaremos “visão espiritual”, pois tudo o que não é corpo e, contudo, é alguma coisa, chama-se corretamente espírito. E certamente a imagem de um corpo ausente não é corpo, embora seja semelhante ao corpo, e também não o é esse mesmo olhar pelo qual é vista. O terceiro chama-se “intelectual”, que vem de “intelecto”. Porque chamar-lhe mental, que vem de “mente”, parece-me demasiado absurdo, pela própria novidade do termo.

VII.17. Se desse uma explicação mais acurada destes termos, o discurso seria mais extenso e intrincado, não havendo necessidade ou ao menos necessidade peremptória que o exija. Portanto, é suficiente saber que algo se diz “corporal” ou em sentido próprio, quando se refere aos corpos, ou em sentido metafórico, como quando se diz: «Nele habita toda a plenitude da divindade corporalmente» (*Col 2, 9*). De facto, a divindade não é corpo, mas dado que Paulo chama aos mistérios do Antigo Testamento “sombras do que há de vir” (*Col 2, 17*), por causa da comparação com essas sombras diz que a plenitude da divindade habita corporalmente em Cristo, porque nele se realiza tudo o que estava prefigurado naquelas sombras. E assim é ele próprio o corpo daquelas sombras, isto é, ele próprio é a verdade dessas figuras e do significado delas. Portanto, tal como essas mesmas figuras se chamam sombras não em sentido próprio, mas em sentido figurado, assim também, quando Paulo diz que a plenitude da divindade habita corporalmente em Cristo, emprega o sentido figurado.

18. O termo “espiritual” diz-se de muitos modos. De facto, o Apóstolo designa por espiritual o próprio corpo dos santos na ressurreição, quando diz: «Semeado corpo animal, ressuscitará corpo espiritual» (*1Cor. 15, 44*). E isso porque esse corpo estará submetido ao

espírito de modo admirável, para sua completa incorruptibilidade e ligeireza e, sem qualquer necessidade dos alimentos corporais, será vivificado unicamente pelo espírito, mas não porque venha a possuir uma substância incorpórea. E também este corpo que agora temos não possui a substância da alma e não é o mesmo que a alma, apesar de se chamar “animal”. E igualmente se chama “espírito” ao ar que respiramos, ou ao seu sopro, isto é, ao seu movimento, como se diz no Salmo: «Fogo, granizo, neve, gelo e espírito da tempestade» (*Sl* 138, 8). E também se chama espírito quer à alma dos animais irracionais, quer do homem, como está escrito: «Quem sabe se o espírito dos filhos do homem se eleva, e o espírito dos animais irracionais desce à profundidade da terra?» (*Ecl.* 3, 21) E também se chama espírito à própria mente racional, onde está como que o olho da alma, à qual pertence a imagem e o conhecimento de Deus. Por isso, diz o Apóstolo: «Renovai-vos no espírito da vossa mente e revesti-vos do homem novo, que foi criado em conformidade com Deus» (*Ef.* 4, 23-24); e noutro lugar, acerca do homem interior, diz «que se renova no conhecimento de Deus, conforme a imagem daquele que o criou» (*Col.* 3, 10). Tendo dito igualmente: «Eu próprio sirvo a lei de Deus com a mente e sirvo a lei do pecado com a carne» (*Rom.* 7, 25), e recorda a mesma afirmação noutro lugar, ao dizer: «A carne deseja contra o espírito, e o espírito deseja contra a carne, para que não façais o que quereis» (*Gal.* 5, 17), e ao que chamou mente também designou por espírito. Também Deus é chamado espírito, como afirma o Senhor no Evangelho: «Deus é espírito e os que o adoram devem adorá-lo em espírito e verdade» (*Jo.* 4, 24).

VIII.19. Esta palavra pela qual designamos “espiritual” este género de visão não a derivámos de nenhum dos modos de designar o espírito que enunciamos, mas fizemo-lo a partir daquele modo particular que encontramos na *Epístola aos Coríntios*, no qual o espírito se distingue da mente com absoluta evidência: «Se eu orar em línguas, o meu espírito ora, mas a minha mente não retira fruto» (*1 Cor.* 14, 14). Portanto, com o termo “língua” entende-se neste lugar que se fala por meio de significados obscuros e místicos, os quais, suprimindo o entendimento da mente, a ninguém edificam, pois escutar-se-ão sem se entenderem. Por isso, diz também o Apóstolo: «quem fala em línguas não fala aos homens, mas a Deus. De facto, ninguém ouve, mas o espírito profere mistérios» (*1 Cor.* 14, 2). Portanto, fica bastante claro

que, neste lugar, chama “línguas” onde existem significados que são como imagens e semelhanças das coisas que, para serem entendidos, carecem do olhar penetrante da mente. Porém, quando não se entendem, diz que estes sinais estão no espírito, e não na mente. Daí que tenha dito, mais claramente: «Se louvares em espírito, de que modo responderá “Amen” à tua ação de graças aquele que ocupa um lugar entre o povo simples, uma vez que não entende o que dizes» (*1 Cor.* 14, 16)? Portanto, porque também a língua, isto é, o membro do corpo que movemos na boca quando falamos, profere certamente sinais das coisas, mas não torna presentes as próprias coisas, o Apóstolo, usando uma metáfora, designou com o termo “língua” qualquer emissão de sinais, antes de serem entendidos. Mas quando o intelecto alcançar o seu sentido, o que é próprio da mente, dá-se a revelação, ou o conhecimento, ou a profecia, ou a instrução. Por isso, disse: «Se eu for ter convosco falando línguas, de que vos aproveitaria, se não vos falasse por revelação, nem ciência, nem profecia, nem doutrina?» (*1 Cor.* 14, 6) – isto é, com sinais. Isto ocorre quando, às línguas, se acrescenta o entendimento, para que o que seja percebido não o seja apenas com o espírito, mas também com a mente.

IX.20. Portanto, aqueles a quem os sinais se apresentassem no espírito por meio de alguma semelhança das realidades corporais, ainda não possuiriam a profecia, a não ser que a mente cumprisse a sua tarefa e os sinais fossem também entendidos. Pois seria maior profeta aquele que interpretava o que outro tivesse visto, do que o próprio que os vira. Donde se torna evidente que a profecia pertence mais à mente do que a este espírito que, no sentido próprio em que é designado, é uma potência da alma, inferior à mente, na qual se formam as semelhanças das coisas corporais. E assim foi maior profeta José, que entendeu o que significavam aquelas sete espigas e os sete bois, do que o Faraó, que as viu em sonhos. Pois o espírito deste recebeu as formas para ver a mente daquele foi iluminada para entender. Por conseguinte, naquele estava a linguagem, e neste a profecia; porque naquele estava a produção das imagens das coisas, neste, a interpretação das imagens. Portanto, é menos profeta “o que só vê em espírito, por meio de imagens das coisas corporais”, os sinais das coisas dotadas de significado. E é mais profeta o que está dotado apenas “do entendimento delas”. Mas o maior profeta é aquele que possui as duas qualidades, isto é, o que vê no espírito as semelhanças das coisas corpóreas dotadas de significado, e entende o

seu significado com a acuidade da mente, tal como foi posta à prova e experimentada a excelência do dom profético de Daniel que, por um lado, revelou ao rei o sonho que este tinha visto, e, por outro, lhe mostrou o que ele significava. Por um lado, as próprias imagens corporais estavam certamente presentes no seu espírito e, por outro, o entendimento delas foi revelado à sua mente. Portanto, é a partir desta distinção que se designa o espírito, conforme diz o Apóstolo: «Hei de orar em espírito, mas hei de orar também em mente» (*1 Cor.* 14, 15), para indicar, por um lado, que os sinais das coisas se formam no espírito e, por outro, que o entendimento delas se descobre na mente. De acordo com esta distinção, dizia eu, designaremos agora por “espiritual” o género de visões pelo qual pensamos na alma as imagens dos corpos, mesmo dos ausentes.

XV.21. A visão intelectual que é própria da mente é a mais excelente. Nem me ocorre ao pensamento que o termo “intelecto” se possa dizer de vários modos, como vimos que o espírito tem muitos modos de ser designado. Pois quer o designemos por intelectual, quer por inteligível, o significado é o mesmo. Embora alguns tenham querido encontrar alguma diferença entre intelectual e inteligível, dizendo que “inteligível” é a própria realidade que só pode ser percebida pelo entendimento, e que intelectual é a mente, que entende. Mas se existe uma realidade que só possa ser vista com o intelecto sem ela própria ser intelecto, isso é uma magna e difícil questão. Mas julgo que não haverá ninguém que pense ou diga que existe uma realidade que conhece com o intelecto e que ela própria não possa ser conhecida também com o intelecto. Certamente que a mente não se vê a não ser com a mente. Portanto, porque pode ser vista, é inteligível. E porque vê, é intelectual, de acordo com a distinção feita. Por conseguinte, deixando de lado aquela difícilíssima questão – se existe algo que possa apenas ser entendido e que não entenda –, agora designamos os termos “intelectual” e “inteligível” com o mesmo significado.

XI. 22. Para que a razão se eleve das realidades inferiores às superiores, estes três géneros de visão – corporal, espiritual e intelectual – devem ser considerados separadamente. Já apresentámos anteriormente um exemplo de como, numa única afirmação, se verificavam os três géneros de visão. De facto, quando se lê: «Amarás o teu próximo como a ti mesmo» (*Mt* 22, 39), veem-se corporalmente as letras, pensa-se espiritualmente no próximo e contempla-se

intelectualmente o amor. Mas, por um lado, na ausência das letras, elas podem ser pensadas espiritualmente, e por outro, na presença do próximo, ele pode ser visto com os olhos do corpo. Inversamente, o amor não pode ser captado na sua substância pelos olhos do corpo, nem pode ser pensado em espírito por uma imagem que seja a semelhança de um corpo, mas só pode ser percebido e conhecido com a mente, isto é, com o intelecto. A visão corporal não preside certamente a nenhum dos outros gêneros de visão, mas o que se experimenta por meio dela apresenta-se à visão espiritual, como se esta presidisse. Com efeito, quando algo é captado com os olhos, a sua imagem produz-se imediatamente no espírito. Mas não se reconhece que ela se produziu a não ser quando, tendo afastado os olhos daquilo que víamos por meio dos olhos, encontrarmos a sua imagem no espírito. E se for um espírito irracional, por exemplo, uma ovelha, até aqui também os olhos lho anunciam. Mas se a alma é racional, eles também anunciam ao intelecto, que preside ao espírito – de modo que, se aquilo que os olhos captaram e anunciaram ao espírito para que, a partir deles, produzisse uma imagem, for sinal de alguma coisa, o intelecto ou entenda imediatamente o que significa, ou o indague. Porque nenhum sinal pode ser entendido ou investigado, a não ser por encargo da mente.

23. O rei Baltasar viu os dedos de uma mão que escreviam na parede e imediatamente se imprimiu no espírito, por meio dos sentidos do corpo, a imagem dessa realidade, produzida corporalmente. E uma vez passada e transcorrida a própria visão, ela permaneceu no pensamento. Via-a em espírito e não a compreendia. E esse sinal não tinha sido ainda compreendido, quando se produzia corporalmente e aparecia aos olhos do corpo. Contudo, já entendia que era um sinal de algo e entendia-o por encargo da mente. E quando investigava o que significaria, certamente também era a própria mente que realizava esta indagação. Mas não o tendo descoberto, fez comparecer Daniel, o qual, com a mente iluminada pelo espírito profético, revelou ao conturbado rei o que era pressagiado com aquele sinal. Por meio deste gênero de visão que é próprio da mente, ele próprio foi o profeta, mais do que o rei, que vira corporalmente um sinal produzido corporalmente, e depois de a imagem dele ter passado, pensando, o via no espírito, e não podia obter qualquer entendimento senão o de conhecer que era um sinal e indagar o que significaria (cfr. *Dan 5, 5-28*).

24. Pedro, num êxtase da mente, viu descer do céu um recipiente repleto de animais diversos, numa toalha presa por quatro pontas, quando ouviu uma voz que dizia: «Mata e come». Quando retomou aos sentidos, refletia sobre a visão. Nisto, o espírito anunciou-lhe a chegada dos homens que Cornélio enviara, dizendo: «Eis três homens que te procuram. Levanta-te, pois, desce e vai com eles sem hesitar, porque fui eu que os enviei» (*Act. 10, 20*). Tendo ele chegado junto de Cornélio, explicou o que entendera da visão, quando ouvira: «Não chames impuro ao que Deus purificou» (*Act. 10, 15*). E ele próprio a explicou, dizendo: «Deus mostrou-me que a nenhum homem se há-de chamar puro ou impuro» (*Act. 10, 28*). Portanto, enquanto via aquela toalha separado dos sentidos do corpo, e aquelas vozes, que diziam, «mata e come», e «não chames impuro ao que Deus purificou», certamente escutava em espírito. Porém, tendo regressado aos sentidos do corpo, retinha no mesmo espírito, pela memória, isso mesmo que tinha visto e ouvido, e pensando, distinguiu-o claramente. Todas eram imagens de corpos, e não realidades corporais, quer as que primeiramente tinha visto no próprio êxtase, quer as que depois recordava e pensava. Mas, quando as analisava e indagava para compreender aqueles sinais, esse esforço era um ato da mente, mas sem obter resultado, até que lhe foram anunciados os homens que vinham da parte de Cornélio. Tendo-se acrescentado a esta visão corporal também a voz do Espírito Santo, novamente em espírito foi-lhe dito: «vai com eles». Nesta visão, por um lado o espírito tinha-lhe mostrado o sinal e por outro imprimira nele as vozes. E a sua mente, auxiliada pela inspiração divina, entendeu o que significavam todos aqueles sinais. Considerados atentamente estes factos e outros semelhantes, torna-se evidente que a visão corporal se refere à espiritual, e que esta mesma visão espiritual se refere à intelectual.

XII. 25. Quando, permanecendo em estado de vigília, a nossa mente não está separada dos sentidos corporais, usamos a visão corporal e distinguimo-la da visão espiritual, pela qual pensamos em imagens os corpos ausentes, quer os que conhecemos, recordando-os pela memória, quer os que não conhecemos e contudo existem, e que o espírito forma de alguma maneira no próprio pensamento, quer os que não existem absolutamente em nenhum lugar, e que a fantasia cria ao arbítrio da imaginação. De todas estas imagens, distinguimos a tal ponto as realidades corporais – que vemos, e que se apresentam aos nossos

sentidos corporais – que jamais duvidamos que estas sejam corpos e aquelas imagens dos corpos. Mas quando, por uma concentração demasiado intensa do pensamento, ou pela força de uma doença, (como costuma acontecer aos frenéticos, quando deliram pela febre), ou por interferência de qualquer outro espírito, seja bom ou mau, as imagens das coisas corporais se tornam presentes no espírito como se os próprios corpos se apresentassem aos sentidos corporais – permanecendo contudo também a atenção por parte dos sentidos do corpo; neste caso, as imagens dos corpos que se formam no espírito são vistas como os próprios corpos se veem por meio do corpo. Neste caso, vê-se ao mesmo tempo o homem presente diante dos olhos e o homem ausente, em espírito, como se estivesse diante dos olhos. Eu na verdade tive a experiência de lidar com pessoas com esta afeição e comprovei que falavam com os que estavam realmente presentes, e com outros que não estavam, como se estivessem. Voltando a si, uns referem o que viram, outros não o podem fazer. Acontece o mesmo nos sonhos, um esquecem, outros recordam. Mas quando a atenção do espírito se separa por completo dos sentidos corporais e é arrebatada, então costuma mais propriamente designar-se “êxtase”. Neste estado, mesmo com os olhos abertos, não se vê absolutamente nenhum corpo presente, seja ele qual for, nem se escuta absolutamente nenhuma voz: o olhar da alma está totalmente nas imagens dos corpos, por meio da visão espiritual, ou nas realidades incorpóreas, por meio da visão intelectual, sem qualquer representação de imagens de corpos.

26. Ora, quando ocorre a visão espiritual, e o espírito – inteiramente separado dos sentidos corporais – em sonhos, ou em êxtase –, é ocupado pelas imagens dos corpos, se aquilo que vê nada significa, então trata-se de imaginações da própria alma, assim como também os que permanecem são e em estado de vigília consideram no pensamento, sem qualquer movimento de separação do corpo, as imagens de muitos corpos que não se apresentam aos sentidos do corpo. A verdadeira diferença está em que tais imagens se distinguem, por uma afeição constante, dos corpos presentes e verdadeiros. Pelo contrário, se aquelas imagens significam algo, quer se apresentem aos que dormem, quer aos que permanecem em estado de vigília – na medida em que estes por um lado veem com os olhos corpos presentes e, por outro, percebem com o espírito as imagens dos ausentes como se estivessem diante dos olhos; quer naquela visão que se chama “êxtase”, estando o

espírito completamente separado dos sentidos do corpo –, então esse é um fenómeno admirável. Mas pode suceder por interferência de um espírito alheio, que manifeste, através deste género de imagens, aquilo que ele próprio conhece, àquele com o qual interfere, quer este as entenda, quer para que lhe sejam tornadas manifestas por meio de outro. Pois se tais imagens são mostradas, e se certamente não podem ser mostradas pelo corpo, que resta senão que sejam mostradas por um espírito?